

Alguns comentários sobre possíveis vestígios de incidência da teoria da semicultura de Theodor Adorno na educação superior

Ney Alves de Arruda¹

Resumo – A presente investigação científica versa sobre um recorte epistemológico em específico. Trata-se de um ensaio filosófico do pensador frankfurtiano Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno. O qual é possível que mantenha expressiva relevância frente ao campo da educação, notadamente na área do ensino superior. Com efeito, pensar as repercussões atuais da Teoria da Semiformação sobre a universidade brasileira dota-se de uma hipotética e inquietante atualidade. Este artigo procura primeiramente contextualizar a concepção criativa do ensaio adorniano acerca da semicultura e seus desdobramentos. Em seguida, apresenta-se em síntese, um debate como referencial teórico entre especialistas acadêmicos e filósofos de reconhecida vivência na seara da Teoria Crítica. Ao depois, obedecendo as orientações redacionais, se esclarece a metodologia investigativa empregada. No percurso do texto, o autor à título de resultados e discussão, passa então a apresentar a clivagem entre algumas das noções e conceitos filosóficos visitados da semicultura, objeto da ácida crítica de natureza histórica, econômica, sociológica e educacional de Adorno. Dessa forma, analisando-os, até mesmo como instrumentos de interpretação da realidade conflitiva educacional à luz da experiência prática do docente com considerável tempo profissional em sala de aula universitária. Inclusive, finalizando com breve cotejo sob fundamento de propostas para renovar a formação cultural solidificando uma postura diante de plausíveis indícios da provável decadência educacional frente aos efeitos deletérios da semicultura na educação superior.

Palavras-chave: formação, universidade, educação, decadência, semicultura.

Abstract – The present scientific investigation deals with a specific epistemological approach. It is a philosophical essay by the Frankfurtian thinker Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno. Which it is possible that it maintains expressive relevance in the field of education, notably in the area of higher education. In fact, thinking about the current repercussions of the Semi-Formation Theory on the Brazilian university is hypothetical and disturbing today. This article first seeks to contextualize the creative conception of the Adornian essay on semiculture and its consequences. Then, in summary, a debate is presented as a theoretical reference between academic specialists and philosophers of recognized experience in the field of Critical Theory. Then, following the editorial guidelines, the investigative methodology used is clarified. In the course of the text, the author, by way of results and discussion, then proceeds to present the cleavage between some of the visited philosophical

¹ UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: neyarruda@gmail.com

notions and concepts of semiculture, object of Adorno's acid criticism of a historical, economic, sociological and educational nature. In this way, analyzing them, even as instruments of interpretation of the educational conflicting reality in the light of the practical experience of the professor with considerable professional time in the university classroom. Including, ending with a brief comparison on the basis of proposals to renew cultural training, solidifying a stance in the face of plausible evidence of probable educational decay in the face of the deleterious effects of semi-culture in higher education.

Keywords: formation, university, education, decadence, semi-culture.

1 Introdução – um pensador alemão e sua precursora e provocativa produção crítica

O conjunto da filosofia da denominada 'Escola de Frankfurt' mantém-se possivelmente uma ferramenta útil e atual para análise dos caminhos percorridos pela civilização na pós-modernidade do século XXI. Com efeito, a chamada Teoria Crítica da Sociedade como essencial produto filosófico dos autores "frankfurtianos" lançou e continua articulando pelas novas gerações de pesquisadores, um acervo de saberes de natureza dialética para arrazoar acerca da humanidade nos conturbados tempos atuais. Dentre os pensadores dessa corrente alemã de axiomas, temos o filósofo Theodor Adorno (1903-1969) que publicou uma multiplicidade de trabalhos sobre diversas áreas como arte, cultura, cinema, música, rádio, política, existencialismo, sociologia, psicanálise, inclusive e, especialmente para este trabalho, sobre educação.

No tocante a esse tema em específico, há um contundente ensaio filosófico de Adorno publicado por volta de 1959 e reeditado postumamente na Alemanha em 1972. Incluso, traduzido para a língua portuguesa pioneiramente na Universidade Federal de São Carlos pelo professor Newton Ramos-de-Oliveira como sendo a "Teoria da Semicultura" no ano de 1992. O qual nos foi gentilmente enviado em 1995 pelos Correios em cópia impressa para nosso estudo em pós-graduação na UFSC. Posteriormente, a equipe da UFSCar de filósofos estudiosos da abordagem feita pela Escola de Frankfurt, então capitaneada no Brasil pelo professor Bruno Pucci elaborou nova tradução no ano de 2010, assim, atualizando-o e recebendo o referido ensaio, a alcunha de "Teoria da Semiformação".

Pois bem, versa-se acerca de um estudo no tradicional formato do ensaio filosófico de amplo domínio da escrita em Adorno, contendo provavelmente uma fenomenal atualidade crítica para pensar a educação, para refletir a formação cultural decorrente dos processos pedagógicos que continuam a repercutir no mundo acadêmico e na práxis da sala de aula das instituições educacionais de todo o mundo.

Após vinte e nove anos como trabalhador docente da educação numa universidade pública brasileira, é possível perceber vestígios e sintomas do que Adorno menciona como as resultantes da semiformação cultural, quando hoje entendemos que os trabalhos acadêmicos determinados aos alunos são semifeitos, as provas são semirrespondidas, as pesquisas são semi-investigadas, os estudos técnicos das disciplinas são semirrealizados, os conteúdos programáticos dos ementários disciplinares são semi-interpretados.

E a educação formativa ameaçada passa a ser semi compreendida. Talvez, em decorrência de uma infausta estratégia de mera sobrevivência de um estudantado depauperado de lisura e despido de práticas eficazes de concentração, leitura, participação e frequência. Momento em que o precioso objeto do conhecimento formativo e profissionalizante é deixado propositalmente ao abandono, ao esquecimento por parte da classe discente. Vez que tudo o que interessa é o diploma e o desesperado – leia-se também, prematuro –, acesso ao predatório mercado de trabalho.

Esta é a formulação do escopo analítico encartado neste possível percurso científico-filosófico: compreender a atualidade do debate acadêmico por parte de pesquisadores da Teoria Crítica da Sociedade, em específico, em torno da Teoria da Semiformação e seus desenvolvimentos empíricos e práticos no cotidiano do fazer educacional, a partir de nossas experiências na vida docente.

2 Referencial teórico: o diálogo entre pesquisadores e filósofos adeptos da teoria crítica na esfera da formação cultural

Como referencial teórico tem-se a presença de um largo, profícuo e histórico debate científico investigativo por parte de docentes estudiosos da educação e da teoria crítica de matriz “frankfurtiana”. Especificamente sobre a também assim considerada ‘Teoria da Semicultura’, percebe-se as hodiernas repercussões do pensamento de Theodor Adorno sobre o campo temático da formação educativa.

Nesse talão, torna-se inegável que a semiformação é uma calamitosa invenção resultante da indústria cultural, sendo esta de possível entendimento como a fabricação de produtos submissos de perfeito encaixe para servir ao sistema mecânico da produção inerente ao capital tirano e desumanizado. No dizer de aplicado pesquisador do tema: “esse domínio da indústria tem como consequência a danificação da formação cultural. A formação cultural transforma-se em semiformação. A formação, que é apropriação subjetiva da cultura sofre alterações profundas” (OLIVEIRA, 2017, p. 139). E essas alterações redundam num dos flagrantes processos de alienação do sujeito. De domesticação do pensamento humano.

A teoria crítica da sociedade pressupõe o diálogo dos autores. Todos contribuem com suas visões fundamentadas sobre o autor frankfurtiano. E o texto do ensaio sob enfoque acerca do produto resultante da semiformação que é a semicultura estimula interpretações todas alinhadas por um senso de coerência discursiva. Por exemplo, no tocante ao planejamento de mudanças da forma de ensinar. “Logo no início de seu texto [...], Adorno argumenta que as reformas pedagógicas por mais importantes que possam ser, não conseguem por si só solucionar os problemas estruturais, determinados por um processo social” (ZUIN, 2015, p. 77). Procedimento de sociedade esse, que modifica a forma de produzir e distribuir bens da cultura.

Dessa forma, temos que a “Teoria da Semiformação” como autêntica resultante de estudos da maturidade do filósofo alemão sob epígrafe acerca da cultura e educação, detém uma atitude abarcante apropriada para superar aplanamentos pedagógicos e “diagnosticar a crise da formação cultural manifestada pela forma generalizada de conversão da *Bildung* (formação

cultural) em *Halbbildung* (semiformação)” (GOMES, 2010, p. 134). Quando os processos de formação cultural, inclusive pela educação, acabam se dissolvendo em semicultura. Eis o objeto científico maior perseguido neste trabalho.

Aqui, temos que considerar na construção deste referencial teórico que a crítica filosofia de Theodor Adorno influencia fortemente grande parte do pensamento ocidental. E as academias anglo-saxãs não estão indiferentes aos efeitos do que eles chamam de “Theory of Pseudo-Culture”, quando vários acadêmicos das ilhas britânicas se ocupam em refletir os efeitos da semiformação. “O triunfo da pseudocultura é a vitória daquilo que afirma oferecer uma sociedade aprimorada, mas deixa de fazê-lo” (THOMSON, 2010, p. 97). Ora, o raciocínio deste professor é válido no sentido de que se uma sociedade apenas conseguiu produzir “pseudocultura”, ou seja, semicultura, é coerente perceber que essa sociedade não evoluiu, portanto, não progrediu e padeceu sem amadurecer.

Uma excelente reflexão vem do professor Antonio Zuin, o qual trabalha na caracterização do “semiformado”. Isto é, aquele egresso da educação que não logrou êxito na conquista de uma formação cultural mais adequada às necessidades de emancipação. Quando o mesmo apresenta um acentuado grau de mágoa própria do semiformado, do semiculto, de estar rotundamente despreparado, ou mesmo, inapto para o pleno exercício da vida profissional: “a indústria cultural atual revitaliza e realimenta o ressentimento do semiformado que [...] se esforça e, em algumas ocasiões até se orgulha de não ter tempo para poder aprofundar no estudo de determinado assunto” (ZUIN, 2010, p. 62).

O debate de ideias entre os pesquisadores alimenta o espírito dialético do referencial teórico em torno de várias visões que se complementam e se harmonizam acerca do campo temático proposto. Já há vinte e um anos atrás, a situação de crise cultural da educação era enfrentada por autores que consideravam que o “processo fragmentado de formação só propicia a crítica dos fatores externos produtores da infelicidade. Esse tratamento é insuficiente às necessidades de emancipação impostas pelas condições de alienação de nosso tempo” (SOBREIRA, 2001, p. 171).

Com efeito, há uma atitude multidisciplinar histórica no tratamento e reflexão da teoria da semiformação cultural ao longo de determinado lapso temporal, quando podemos constatar outro pesquisador, desta feita, cientista educador físico debatendo “a busca da educação para a contradição e para promover a resistência contra a semiformação motora, que é a forma regressiva na formação da corporeidade” (BEREOFF, 2001, p. 233). Demonstrando assim as múltiplas articulações e efeitos benéficos da pesquisa multicultural em torno da educação crítica.

Inclusive, o ilustre professor Bruno Pucci considerou de forma desbravadora nos anos 90 do século XX, que no “processo massivo de instalação, a dimensão formadora da cultura espiritual autônoma foi sendo massacrada prevalecendo unidimensionalmente o momento da adaptação, da acomodação, da integração” (1995, p. 32). O fato é que a questão do desenvolvimento cultural é um tema reconhecidamente muito central nas investigações pela academia brasileira sobre a teoria crítica. Em que a semiformação parece se identificar com certos padrões de amoldamento, comodismo e acolhimento das situações irregulares e, portanto, semiformativas por parte dos atores copartícipes responsáveis pela educação.

3 Método: a prospecção de dados pelo viés da práxis científico-acadêmica

O procedimento metodológico adotado neste trabalho científico é a reflexão de natureza crítica envolvendo o exame de situações pedagógicas concretas de campo e a análise observacional na instituição pública de ensino em meio a um cenário de práxis socioeducacionais.

Isso, aliado à modalidade do diálogo entre fontes por intermédio do levantamento filosófico-bibliográfico como atitude investigativa de confrontação entre teoria e prática para consolidar o pensamento enunciado neste relato de labor acadêmico.

4 Resultados e discussão – elementos de madures da temática central

As resultantes aferidas preliminarmente demonstram a constatação de indícios visíveis de que alguns alunos oriundos de segmentos estudantis provenientes da classe média e de classes menos favorecidas economicamente que adentram à universidade pública, particularmente na instituição onde laboramos, demonstram e apresentam sinais de negligência e desinteresse acadêmico. No sentido de cumprir com determinada e aceitável eficácia para com os ritos procedimentais da educação superior de natureza culturalmente formativa, inclusive fundamentada por normativas internas disciplinares institucionais.

Educação formativa esta, que tradicional e historicamente implicaria em: a) afazeres corriqueiros de sala de aula como intervenção-participação diante dos conteúdos ministrados, b) práticas cotidianas que se traduzem no estudo reflexivo do acervo de assuntos e matérias contidas nas disciplinas, c) na leitura disciplinada de obras publicadas e referenciadas como básicas, fundamentais e acessórias dos cursos, d) na pesquisa e interação com tópicos oriundos do plano de ensino das disciplinas, e) na realização dotada de qualidades de escrita e profundidade científica “medianamente” necessárias aos trabalhos discentes. Sendo estes, alguns dos possíveis elementos característicos das atividades acadêmicas.

De modo que, na ausência do cumprimento com algum grau de eficácia de parcelas expressivas dessas mínimas ritualísticas educacionais, poderá o estudante estar incidindo possivelmente na caracterização do fenômeno da semiformação cultural. Quando o estudante teimará lamentavelmente em sair das disciplinas sem conhecer plenamente à ponto de dominar saberes profissionais básicos como conceitos introdutórios, sem ter desenvolvido o necessário empenho pessoal para conhecer noções técnicas principiológicas indispensáveis, simplesmente porque alguns estudantes não se deram ao ínfimo trabalho de ler, pesquisar e interagir com os conteúdos disciplinares propostos nos planos de ensino e desenvolvidos em sala de aula.

Sem a menor pretensão de esgotar o presente campo temático, à título de discussão do assunto, é preciso frequentar e dialogar com alguns importantes tópicos do próprio ensaio sobre a “Teoria da Semiformação”. Assim, concisamente Adorno na contenda entre dominantes e dominados afirma que

“os dominantes monopolizaram a formação cultural numa sociedade formalmente vazia” (2010, p. 14). Sim, de fato, vazia no apreço pelo desejo de cultura formativa, vazia na exasperada pressa de obter resultados do diploma para ingresso no opressor mercado de trabalho. Tem-se aqui segmentos da sociedade e suas respectivas classes discentes que se conduzem culturalmente vazias de entusiasmo pelo cumprimento de indispensáveis e históricos ritos acadêmicos, quais sejam: da leitura, da pesquisa, da interpretação e do debate.

Nesse momento argumentativo, Adorno enuncia seu entendimento sobre a denominada “educação popular” (2010, p. 14), isto é, a educação massificada, transformada em artigo de consumo popularizado. O que repercute frente às comunidades de estudantes, demonstrando que o alunado se exclui e não se implica, vale dizer, não se corresponsabiliza no processo formativo educacional. Vez que a vitimização é uma prática constante do tipo: “Ah! O professor me reprovou...”. Sendo que o aluno, verdadeiramente é que se reprova, pois, tem incidência quando o estudante não cumpre retamente para com as atividades discentes inerentes ao processo de formação. Sendo que as avaliações são corriqueiramente negligenciadas, feitas de improviso, valendo-se de uma “criatividade” infundada e anômala, sem o menor preparo prévio, sem as necessárias leituras imprescindíveis.

Igualmente, os trabalhos acadêmicos são feitos literalmente “nas coxas”, matando aula, ou fazendo descaradamente em sala às pressas, no fundo do recinto, como se o professor não soubesse. Atividades discentes pseudo-elaboradas de forma claramente empobrecida e deficitária: qualquer escrito é lançado no papel, daí surgindo o trabalho do “blá-blá-blá”, da enrolação. Vez que alguns alunos parecem querer driblar a inteligência docente, mediante uma retórica evacuada de sentidos objetivos – ou seja, a evidente necessidade de apresentar especificamente o que foi determinado. Isso, sem a menor conexão com a realidade dos textos, autores, temas e obras que compõem o quadro teórico do exigível conteúdo programático das disciplinas.

Em realidade, a semicultura parece lamentavelmente se materializar porque, por vezes, o discente não mais apresenta o pleno interesse em cumprir sua parte no chamado “pacto de leitura” que o professor apresenta em sala de aula. Isto é, o “acordo de vontades” de celebrar o conhecimento por intermédio de necessária convivência pessoal com os autores, temas e conteúdos elencados pelo docente. Ocorre que o tempo de contato dialógico entre professor e aluno no conjunto de minutos da aula é absurdamente curto, é realmente exíguo em relação ao lapso temporal mínimo de cumprimento do processo formativo que exige dedicação pessoal do estudante.

Aqui, convém lembrar os ensinamentos de um venerado mestre: como disse o violinista professor Dr. Paulo Bosisio da Unirio – RJ. Em uma de suas conferências em 1995 na Oficina do Barão - Festival Internacional de Música da Universidade Federal do Paraná: “Não se faz um profissional com menos de quatro horas de estudo por dia!”. Temos a convicção de que essa assertiva se dota de uma contundente verdade. Se o estudante não aceita um procedimento de produção científica diária, uma ritualística de estudo, digamos, de manuseio, de contato pessoal com os conteúdos culturais das disciplinas, de no mínimo quatro horas quotidianamente, não haverá uma formação cultural crível e respeitável. E isso é tão coerente que parece valer para todas as profissões!

Por outro lado, muitas vezes, espera-se a resultante final da reprovação ou da média final baixa para, extemporaneamente, contestar o plano de ensino

das disciplinas. Isto é, após o desastre de um semestre negligenciado, descuidado, de “inocentes” sonecas na sala de aula, de chegadas em atraso do alunado, e partidas antes do findar da aula. De repente, vem a ira e a vontade de contrapor o pacto acadêmico docente-discente que é firmado no primeiro dia de aula com a apresentação da disciplina, do professor e do plano de ensino contendo os critérios de avaliação, o qual passa a ser objeto de esculacho por parte de certos discentes imaturos e insensatos. É hora em que a rala educação proveniente do “mundo vivido social” insurgem-se demonstrando condutas materializantes da semicultura. Ora, o professor não é responsável por promover ou recapitular todo o arcabouço da educação ética e moral, que deveria vir de anteriores experiências humanas.

Entre dominantes e dominados mencionados por Adorno (2010, p. 12), o docente detém no processo formativo, certas obrigações normativas na gestão escolar de suas respectivas disciplinas, que lhe toca proferir em sala de aula. Por exemplo, o docente deve preencher o diário de classe de forma verdadeira, registrando com probidade a frequência discente. Dessa forma, fazer chamada no ambiente da sala de aula é a prática de solidificar um ato jurídico-administrativo fundamental para se ter consciência de quais alunos estão frequentes em cursos presenciais ou “on line” em atividades síncronas. Inclusive para poder conhecer a dinâmica do interesse discente pela disciplina e pelo curso.

Na sequência desse raciocínio, a correção de avaliações pelo professor dever ser regida pelo mínimo rigor técnico-científico previsto em princípios avaliativos expostos visivelmente no plano de ensino das disciplinas. Com efeito, para resistir e combater os efeitos nefastos da semicultura, o professor deve obedecer aos princípios da legalidade e impessoalidade na condução do processo avaliativo de suas disciplinas. Sendo que esses princípios estão encartados na Carta Constitucional e vinculam tanto docentes das universidades públicas, quanto da iniciativa privada. Portanto, não cabe ao docente assumir uma posição fantasiada de “bacana e camarada”, quando este profissional passa a abrandar a postura educadora e formativa, decompondo o diário de classe e planilha de notas em uma “ficção” benevolente semiculturalizante.

Adorno menciona a dificuldade crescente de uma apurada formação cultural inserido no contexto da hodierna produção capitalista (2010, p 14). Parece haver, com efeito, uma afobação por céleres resultados “instrutivos”. Vale dizer, há uma ansiedade pelo cobiçado diploma, que parece autorizar a quebra de ritos por parte de estudantes no afoito interesse da colação de grau. Sem se dar conta, de que sairão da instituição educacional, muitas vezes, sem conceder o devido tempo necessário para uma acumulação do verdadeiro capital cultural contido nas disciplinas propedêuticas e profissionalizantes.

Então, tudo se transforma num desejo ardente de dissolver pré-requisitos, “puxar” créditos adiantando disciplinas, incluso, invadir matérias circunscritas a outros semestres. Dessa forma, o autêntico procedimento educacional formativo, gradual, progressivo e apropriado vai sendo sabotado, muitas vezes, com anuência por omissão do docente; que queira manter sua fama de compreensivo “amigo”, sob uma pretensa situação de autodefesa, querendo se distanciar de incômodas reclamações. O que resultaria por revelar, em suposição, acerca de uma esmorecida postura de debilidade e receio no ambiente das instituições educadoras.

Parcelas de determinados segmentos sociais que se fazem representar como discentes matriculados nas universidades públicas, por exemplo, estão cada vez mais propensos a contestar o exigível percurso da bibliografia oficial adotada nos programas das disciplinas curriculares. Parece ter-se instalado um repugnante clima informal de “coleção” na universidade! Como se o discente em início, meio ou fim de carreira acadêmica, reunisse as condições técnicas favoráveis para o exercício, minimamente fundamentado da crítica de autores ou de publicações científicas indicadas por autoridades acadêmicas consultivas, inclusive, diretrizes curriculares da educação nacional. E mesmo, livros registrados em planos de ensino pelos professores experientes e pós-graduados regentes das disciplinas. Se o conjunto das obras e temáticas que foram descritas, sugeridas e fazem parte do conteúdo programático provocam certo desdém e desinteresse estudantil, alguns alunos simplesmente rebelam-se, sempre de forma maliciosa, ao final das disciplinas, e costumam despejar todo o seu despreparo em abjetos recursos repletos de inverdades, ira e desequilíbrio.

A semiformação cultural, na perspectiva de Adorno, também pode materializar “antagonismos de interesses” (2010, p. 17), quando as consciências coletivas estão niveladas abaixo de patamares críticos. Com efeito, o empenho, a dedicação, o esforço, o interesse discente vem progressivamente esmorecendo. Pois, porque quem sabe, as tenras gêneses discentes demonstrariam “sintomar” bloqueios de objetividade, dificuldades de concentração, capacidade de escolhas responsáveis e maturidade em aceitar comando acadêmico superior. Isso parece ocorrer no âmago das novas gerações de estudantes, mal acostumadas em cumprir com requisições institucionais exigíveis por parte de seus professores.

E uma possível “ponta do iceberg” começa sistematicamente com o questionamento discente de regras básicas como a cobrança da frequência, passando então a refutar os critérios técnicos de aferição docente das avaliações. Enfim, surgem sinais de benesses muitas vezes infundadas, generosas notas não condizentes com o esforço discente e prestígios prebendalizados via do flagrante afrouxamento semiformativo da necessária disciplina produtiva científico-acadêmica. Em nosso humilde entender, é preciso ficar claro que: sem austeridade, diligência e conduta, não há que se falar em formação, cultura e educação!

Praticar a legítima formação cultural, segundo Adorno, requer o combate a “atitudes enganosas da ideologia” (2010, p. 13). Tal conjunto de ideias se passa na circunstância educacional provavelmente fulcrada no ideário liberal do “deixai fazer, deixai passar”, tudo em nome de uma pretensa liberdade. Em nome da exaltação falsificada desse princípio, há como que uma usurpação discente da universidade, quando grupos corporativos de pressão estudantil, costumam ir em bloco reivindicar escusos interesses de remoção dos docentes incômodos por cumprirem a legalidade de suas funções. Ideologicamente, em determinadas situações, instalou-se pérfidas concepções de que o estudante deve ser atendido, para evitar possíveis conflitos, em todos os desejos e anseios, mesmo que os mesmos sejam, irregulares e infundados questionamentos da autoridade do professor no ministrar de suas disciplinas.

A educação pública não foi instituída para satisfazer pretensões particulares discentes, muitas vezes discutíveis em seus objetivos de anular disciplinas e a realidade de suas respectivas e contestadas notas. Mesmo porque a verdadeira formação cultural pretende colimar o combate – como afirma

Adorno – à degradação da consciência coletiva. Esta, fragilizada pela ilícita coação psicológica conduzida por certas tipologias de alunos. Coerção, por vezes, desencadeada pelo exercício de verdadeira racionalidade docente, de natureza imparcial, de seu sistema admissível de avaliação.

Curioso é observar que, em nome de pseudorelações de suscitada empatia, o professor deve tolerar trabalhos discentes empobrecidos pela completa ausência de percepção, responsabilidade e da necessária leitura. Isto é, trabalhos discentes que se apresentam insignificantes e abaixo da crítica porque simplesmente nada foi lido! E tudo foi reduzido ao desesperado improvisado, mediante o emprego de frases desconexas, orações banalizadas e períodos escritos fora do contexto do autor que deveria ter sido analisado. Há situações que esses trabalhos discentes são simplesmente construídos mediante o utensílio de arguições resultantes da leitura de outros autores, originários de distantes e diferentes disciplinas.

Ou seja, o estudante não cumpriu devidamente o seu dever de cognir as obras referenciadas no plano de ensino de uma disciplina em avaliação. E, por entender despicienda, isto é, sem a menor importância de tais leituras exigidas, passa a manejar outros autores estranhos, verdadeiros alienígenas ao trabalho acadêmico que está, pretensamente a construir. Uma farsa, portanto, que se tenta camuflar: não se leu o livro base de um trabalho, então ocultamente, se instrumentaliza a leitura de outros autores. E, “[se tenta justificar]: ... até mais atraentes”. Nada mais falsificado e semicultural do que forjar um trabalho para uma disciplina mediante o uso de outras leituras alheias, sob a adulterada interpretação do argumento da “multidisciplinaridade”.

Isso para introduzir o mencionado do “plus” semicultural, verdadeiro “totem” sagrado das graduações: o coeficiente pessoal e geral de notas do estudante. Ou seja, a média da somatória das notas recebidas nas disciplinas do curso que deve “manter-se” nas alturas de nove e meio para cima. Isto é, o coeficiente não pode ser “maculado” por uma nota final de disciplina, digamos sete! Isso provocaria o horror, o repúdio no deplorável estilo do “barraco” discente. Lamúrias, ofensas e intimidações são lançadas contra o professor que “ousou” tocar no “abençoado” coeficiente. Sob acusações de que o professor estaria “estragando” o currículo estudantil, toda sorte de vis argumentos são utilizados contra o educador. Essa infeliz anticultura do coeficiente estudantil paralisa muitos docentes e provoca alterações infundadas de certas notas.

Ora, caríssimo leitor, “daí a César, o que é de César” – já havia ensinado o profeta-rabino revolucionário em Jerusalém. Aqui é conveniente considerar num providente “mutatis mutandis” (isto é, mudando o que deve ser mudado): ao aluno, o que é do aluno! Reconhecer bons desempenhos discentes e outorgar a nota dez, é um precípua dever ético e profissional do professor, quando haja merecimento! Porém, avaliar com seriedade performances estudantis apequenadas pela negligência discente, também deve constituir uma obrigação moralizante para uma possível e longa vida da instituição formativa educacional. Isso, contra o abater das colunas estruturais da universidade pública: caso contrário, fechem-se as portas e decretem-se a decadência do pensamento educativo universitário nacional!

Acreditamos que o semieducado deve ser questionado por sua ausência de maior compromisso acadêmico. A reprovação ou a nota baixa que diminui o “bento e santo” coeficiente é uma irremediável consequência da semicultura e do estudo insuficiente. Resultados anódinos do semiculto deverão ser

suportados por inteira responsabilidade estudantil. É certo que o discente negligente para com seus deveres institucionais perante as disciplinas de seu curso necessitará realizar um exame de consciência de sua conduta como aluno. Se esse acadêmico se conformar num preparo deficitário, em interagir com as matérias abaixo da terça parte dos ritos de sala de aula e a imperativa vivência de leitura, pesquisa e aprimoramento constante do seu conhecimento, para além das estruturas físicas da instituição educacional, eis que não haverá outro caminho, que não minimizar a sublime tarefa culturalizante e formativa das novas gerações de cidadãos do país.

5 Considerações finais

Uma concreta proposta lançada por Adorno, que incorporamos plenamente, tem a ver com uma “política cultural socialmente reflexiva” (2010, p. 15). Isto é, talvez seja necessário realizar o caminho inverso para reeducar progressivamente as massas estudantis. Instituir programas nas universidades de conscientização dos alunos acerca da importância da formação cultural sólida, gradual e crítica. Via da cultura do respeito às instituições educacionais, acatamento rigoroso dos rituais acadêmicos de estudo, da necessária participação em sala, da reverência aos ritos de concentração e programações de leitura, da veneração de atividades de pesquisa, da deferência aos processos de avaliação.

É preciso considerar neste epílogo que a “não-cultura” necessitaria ser investigada cientificamente com o fito de identificar seus efeitos para além da mera ingenuidade, de que o ensaio de Theodor Adorno sobre a semicultura não estaria engendrado em nosso atual viver educacional. Com efeito, estudar a não-cultura é verificar a ignorância em seu estado mais destrutivo, mais perigoso para o futuro formativo da humanidade. Não se importar com esse tema que campeia silenciosamente em todos os sistemas educacionais, mais propriamente no ensino universitário, é negligenciar a semiformação, que se manifesta sutilmente pela carência de imagens e formas culturais mais robustas, que também desponta pela autoridade enfraquecida. O semiculto se movimenta por uma escassa medianidade abstrusa guiada pelo princípio do ego e o “pensamento domesticado”, na lição de Adorno (2010, p. 21).

A contraposição a esse estado de coisas, está na formação cultural, no caminho da “práxis tradicional”, ainda que a mesma seja limitadora. É tudo o que temos, de momento, para educar minimamente de forma descente. A formação cultural é o lugar da resistência via do contato corpóreo com as ideias dos autores em seus livros, em suas obras. Formar, talvez seja reviver o ensinar do valor da dedicação, no fazer disciplinante do estudo intransigente, em busca do aprofundamento íntimo e espiritual. O estudo paciente, cuidadoso – de alguma forma: prazeroso –, quase artesanal que usa da caneta para glosar impressões sobre o lido. Preparar as futuras gerações de estudantes para o vivenciar da consciência crítica como ferramenta de trabalho estudantil na vida acadêmica. Essas são algumas das possíveis tarefas que se apresentam para uma plausível e insurgente metodologia de formação cultural. Sobretudo, Adorno nos orienta para o emprego da “ratio”, ou seja, da racionalidade para interpretar ideais.

Dessa forma, esgrimir a semicultura poderia se constituir como um honesto investimento no futuro, no sentido de evitar posições pusilânimes,

favorecendo assim o combate ao espírito empobrecido, atravancado, ou seja, a alma administrada e semiculta. Isto sugere o batalhar de forma engajada o semieducado, em síntese, é guerrear criticamente preocupantes vestígios da semicultura, vale dizer, da mediocridade humana. E, desse modo, se poderá pensar e planejar novas ações, no sentido de criativas e novéis estratégias da legítima e militante formação cultural. Em nosso peculiar caso, para o necessário bem e progresso da sociedade brasileira.

Referências

ADORNO, Theodor W. Teoria da Semiformação. *In*: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A. S.; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (org.). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.

BEREOFF, Paulo Sérgio. Educação física escolar e a semiformação do trabalho corporal. *In*: LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco; COSTA, Belarmino César Guimarães da; PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica, ética e educação**. Campinas: Editores Associados, 2001.

BOSISIO, Paulo. Ciclo de conferências sobre o estudo profissionalizante. *In*: UFPR – Universidade Federal do Paraná. **Festival Internacional de Música – Oficina Solar do Barão**. Curitiba: UFPR, 1995.

GOMES, Luiz Roberto. Theodor Adorno e os fundamentos políticos da educação. *In*: ZUIN, Antônio A.S.; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica e formação cultural: aspectos filosóficos e sociopolíticos**. Campinas: Autores Associados, 2012.

OLIVEIRA, Renan Anderson de. Educação e autonomia: reflexões sobre a formação contemporânea. *In*: CAIRES, Fábio; MASS, Olmaro; PERIUS, Oneide (org.). **Anotações contemporâneas em teoria crítica**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. *In*: PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. **Theodor Adorno: quatro textos clássicos**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Araraquara/ São Carlos: Unesp / UFSCar, 1992 (edição interna).

SOBREIRA, Henrique Garcia. Anotações éticas e estéticas sobre a educação do educador. *In*: RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antônio A.S.; PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica, estética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

THOMSON, Alex. **Compreender Adorno**. Tradução de Rogério Bettoni. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

ZUIN, Antônio A.S.; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco. **10**
Lições sobre Adorno. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.